

Conhecimento histórico e diálogo social

Historical knowledge and social dialogue

Benito Bisso Schmidt*

RESUMO

Este texto foi lido como conferência na abertura do XXVII Simpósio Nacional de História realizado em julho de 2013 na cidade de Natal. Aborda, inicialmente, a partir de alguns exemplos, as diversas formas pelas quais as sociedades contemporâneas lidam com o seu passado. A seguir, trata dos desafios do profissional de História no Brasil na atualidade, especialmente no que diz respeito a seus diálogos com outros grupos sociais, enfatizando três facetas dessas interlocuções nas quais a Anpuh esteve bastante envolvida nos últimos anos: o ensino de História, a relação dos historiadores com as comissões da verdade e a atuação desses profissionais em espaços voltados à preservação, organização e disponibilização ao público do patrimônio histórico. Palavras-chave: Anpuh; profissão de historiador; diálogos sociais.

ABSTRACT

This paper was read as the opening conference at the XXVII National History Symposium held in July 2013 in the city of Natal. It discusses initially from a few examples, the various ways in which contemporary societies deal with their past. Then focuses on the challenges of professional historian in Brazil today, especially regarding to its dialogues with other social groups, emphasizing three aspects of these dialogues in which Anpuh has been heavily involved in recent years: the teaching of history, the relationship of historians with truth commissions and the work of these professionals in spaces dedicated to the preservation, organization and public disclosure of historical heritage. Keywords: Anpuh; historical profession; social dialogues.

“MINHAS FÉRIAS”

Diante de um tema tão complexo como o proposto para este simpósio, resolvi começar minha exposição de maneira singela, contando um pouco das “minhas férias”, como fazem as crianças em suas primeiras redações quando recomeçam o ano letivo. Passei a virada do ano de 2012 para 2013 em

* Departamento de História da UFRGS. Presidente da Anpuh-Brasil entre julho de 2011 e julho de 2013. bbissos@yahoo.com

Montevideú. Como todos os turistas que visitam a capital uruguaia, caminhei pela larga Avenida 18 de Julho e deparei, na Praça da Independência, com o imponente monumento a Artigas, erigido em 1923, que, da mesma maneira que outros similares, em diferentes épocas e lugares, foi edificado com o objetivo de fortalecer a identidade nacional pela remissão a um passado comum composto por um conjunto de fatos e personagens capazes de gerar reconhecimento e o sentimento de ancestralidade compartilhada. No subsolo do monumento, os restos mortais do herói nacional jazem em uma urna sempre escoltada por guardas em uniforme de gala e posição de sentido, garantindo organicamente a presença de uma ausência: o passado repleto de glórias, mas também de sacrifícios, que forjou a nação uruguaia.

Monumentos como esse, com vultos históricos em poses altivas, muitas vezes montados em garbosos cavalos, não são incomuns e, quando compõem as paisagens das cidades em que moramos, seguidamente nos passam despercebidos, confundidos com os prédios, a vegetação, o trânsito de pessoas e veículos. Mas, quando os flagramos em lugares pouco conhecidos, como é Montevideú para mim, eles retomam a sua força e razão de ser, inscrita na própria origem filológica da palavra monumento, ligada ao verbo *monere*, o qual significa “fazer recordar”, “avisar”, “iluminar”, “instruir” (Le Goff, 1996, p.535). Esse tipo de arte pública multiplicou-se inicialmente na Europa e depois em todo o mundo especialmente a partir do século XIX, como parte da pedagogia nacionalista responsável por constituir as comunidades imaginadas em formação, integrando um tipo de narrativa histórica que Nietzsche chamou de “monumental”, dedicada a eternizar o grandioso, de maneira a consolar os homens do presente ao evidenciar-lhes que a grandeza já existiu, foi possível, permitindo-lhes seguir em frente com mais confiança, pois, diz o filósofo, “suprimiu-se do seu horizonte a dúvida que o[s] acometia em horas de fraqueza, a de que ele[s] estivesse[m] talvez querendo o impossível” (Nietzsche, 2003, p.20).

Porém, ao longo do passeio, fui impactado igualmente por outra visão: a de inúmeros papéis picados que eram jogados pelas pessoas das janelas dos edifícios, salpicando as ruas, jardins e calçadas, e formando pequenos montes em todos os cantos. Com a minha verve higienista germânica, logo pensei: “mas que gente relaxada!”. Depois, deixando de lado os meus preconceitos iniciais, comecei a observar mais de perto esse “lixo”, e percebi que ele era composto de vestígios de ações transcorridas ao longo do ano que iria terminar: ingressos já utilizados, recibos de passagens de viagens realizadas e, sobretudo, páginas rasgadas de agendas finalizadas, nas quais podia-se ler, por exemplo, a contabilidade familiar, os lembretes do tipo “levar as roupas sujas

à lavanderia”, ou o planejamento cuidadoso de cada semana. Conversando com amigos “nativos”, fiquei sabendo que esse era um costume dos uruguaios, assim como o de se jogar água no último dia do ano, como se as gavetas precisassem ser esvaziadas e os corpos lavados. Era necessário, enfim, dar espaço à entrada do novo; jogar fora as histórias do ano que se encerrava, simbolizadas nesses pedaços de papel; esquecer enfim, para abrir caminho a novas experiências.

O compositor gaúcho Vítor Ramil já havia cantado esse costume em uma música intitulada “Neve de papel”, faixa do álbum “Longes”, de 2004, que, em seus últimos versos, diz o seguinte:

*Quem ficou ali
Olha, sou eu
Sobre a neve de papel
No chão, ao léu
Folhas brancas, contas, jornais
Onde estará
Aquela carta pra mim?

Que me vou por aqui
Que fiquei por ali.*

Nadando contra a maré, o poeta tenta voltar no tempo e encontrar no meio de todos aqueles papéis acumulados a carta escrita a ele, jogada fora, esquecida, ao menos simbolicamente, por quem a escreveu. Mas, ao contrário de Ramil, os moradores de Montevideu não escarafunchavam o passado, e sim buscavam dele se afastar, como que numa versão prosaica do ensinamento nietzchiano: “em meio a um certo excesso de história, a vida desmorona e se degenera”, pois o peso do que passou oprime o homem “ou o inclina para o seu lado, incomodando os seus passos com um fardo invisível e obscuro que ele pode por vezes aparentemente negar e que, no convívio com seus iguais, nega com prazer: para lhes despertar inveja”. De acordo com o filósofo, “a todo agir liga-se um esquecer”, e esse poder esquecer é condição para a felicidade (ibidem, p.17, 8 e 9); ensinamento aliás muito bem ilustrado na literatura pelo personagem “Funes”, o “memorioso”, do escritor argentino Jorge Luis Borges, para quem a impossibilidade de esquecer levou à morte.

Naquele 31 de dezembro de 2012, mesmo à sombra da imortalidade e, portanto, da “inesquecibilidade” de Artigas, ou talvez por causa dela, os

habitantes de Montevideú queriam esquecer para, alegremente, deixar 2013 entrar.

Minhas férias continuaram em fevereiro, quando tive a oportunidade de (re)conhecer Berlim. Já havia visitado a cidade como mochileiro em 1986, antes da queda do Muro, portanto, mas posso dizer que deparei com uma cidade inteiramente nova. Por um lado extremamente contemporânea, com inúmeros canteiros de obra de onde emerge o que de mais arrojado há na arquitetura moderna. Cosmopolita, liberal, palco de todas as tribos, meca da cultura e das artes. Por outro, com um olhar acintosamente voltado ao passado, que se presentifica na forma de monumentos, museus, memoriais, placas comemorativas, roteiros turísticos nostálgicos, suvenires de tipo “retrô”. Nessas inscrições materiais, o que se vislumbra não é o passado glorioso cristalizado no monumento a Artigas, mas memórias do horror, da dor, do trauma. Mesmo o Portão de Brandemburgo, ícone de uma história monumental, está ali para recordar uma cidade dividida, partida, a expressar em grau máximo os conflitos da Guerra Fria. Berlim parece querer olhar-se e exhibir-se como o palco dos grandes horrores do século XX, talvez de forma a, paradoxalmente, evidenciar suas feridas, deixá-las abertas, a fim de poder suportá-las, compensá-las e seguir em frente. Claro está que se trata de uma memória enquadrada pelo Estado, espetacularizada e comercializada, em certos casos “disneyficada”, mas sempre sujeita a rearranjos, contestações, esquecimentos e silenciamentos.

O Memorial aos Judeus Mortos da Europa, também conhecido por Memorial do Holocausto, projetado pelo arquiteto Peter Eisenman e inaugurado em 2005, ironicamente situado a uma quadra do referido Portão de Brandemburgo, que por muito tempo simbolizou as glórias imperiais da Alemanha, reafirma a associação tecida ao menos desde o final dos anos 1960 entre dever de memória, Holocausto e identidade judaica. A obra está ali para expiar a culpa do “povo alemão” e compensar os sofrimentos por ele infligidos ao “povo judeu”. Na chave do lembrar para não repetir, próprio do regime de historicidade da *historia magistra*, uma frase de Primo Levi, personagem ícone da *Shoa*, estampada logo na abertura da exposição localizada no subsolo no Memorial, interpela os passantes: “It happened, therefore it can happen again: this is the core of what we have to say”. Cada visitante torna-se, então, testemunha do horror genocida dos nazistas, quase seu cúmplice e certamente responsável, ao menos retoricamente, por evitar que algo semelhante aconteça. Como em muitas outras cidades, mas com força especial em Berlim, o tão decantado indizível é dito, com muitas pedras e palavras.

Mais recentemente, outros grupos, também vítimas dos nazistas, têm buscado se inserir nessa memória enquadrada. Alguns encontram guarida nos espaços públicos de Berlim, como os ciganos, que ganharam seu memorial não muito longe do espaço dedicado aos judeus, mas que certamente não atrai tanta atenção e, por isso, recebe menos visitantes.

Minha visita a Berlim se deu quando se iniciavam as “comemorações” dos 80 anos da chegada dos nazistas ao poder, em 1933. O tema das iniciativas comemorativas que estão por toda a cidade não poderia ser mais expressivo da maneira como o presente colore o passado: “Diversity Destroyed”. Diversidade, ideia tão presente nos debates contemporâneos, no centro das teorias pós-coloniais, mas concretamente pouco prezada em uma Europa que vê com desconfiança e reprime com cada vez mais violência o diverso encarnado no migrante. Diversidade que incomoda no presente, mas que, levada ao passado, ganha o tom de exaltação das múltiplas potencialidades do que a Alemanha poderia ter sido se os intelectuais, cientistas e artistas que criavam na louca Berlim dos anos 1920 não tivessem sido ou eliminados ou expulsos pelos nazistas.

Se Berlim tem um olho voltado para o passado, a um mínimo descuido deste, o outro olho, dirigido ao futuro – um futuro pensado como progresso capitalista, ao menos desde a ótica dos empresários locais e do governo conservador de Angela Merkel, que busca, acintosamente, marcar a sua diferença (e superioridade) em relação às outras economias europeias que sucumbem à crise econômica –, trata de transformar em pó esses vestígios memoriais, inclusive os mais importantes. Pouco depois de minha volta ao Brasil, uma grande parte do antigo muro que dividia a cidade foi derrubada, não obstante muitos protestos, para dar lugar a vultosos empreendimentos imobiliários. Valendo-me de uma expressão do historiador François Hartog, parece que, cada vez mais, o muro de concreto se transforma em “muro de tempo”. Ainda nas palavras de Hartog, publicadas originalmente em 2003: “Cidade emblemática, lugar de memória para uma Europa apreendida como um todo, entre amnésia e dever de memória. Esta é a Berlim no limiar do século XXI” (Hartog, 2013, p.30).

Finalizando esta já longa descrição das minhas férias, depois de uma semana em Berlim, fui a Paris. Lá, como bom turista, quis rever os grandes magazines que evocam todo o *glamour* e a modernidade da “belle époque” francesa, como as Galerias Lafayette e a Samaritaine. Porém, esta última, criada na virada do século XIX para o XX, estava fechada em função de uma grande remodelação. Nos tapumes que protegiam a obra, contava-se um pouco das

glórias dessa grande loja de departamentos. Algumas imagens ícones desse período glorioso foram reproduzidas. Além disso, frases de especialistas e pessoas comuns comentavam sobre o estabelecimento em si e sobre os trabalhos que iriam modernizá-lo. Uma, em particular, dita por “uma parisiense” a uma enquête pública realizada em 2010, chamou-me a atenção: “Paris n’est pas un musée et a besoin de se renouveler comme le font toutes les métropoles”.

De Montevidéu a Paris, passando por Berlim, minhas férias permitiram que eu deparasse com inúmeras formas de vivenciar e narrar o tempo. Por um lado, presenciei o desejo de presentificar o passado, desde o mais glorioso até o mais devastador, desde aquele que se quer que sirva de modelo às gerações futuras até aquele que se pretende sempre lembrado para não ser jamais repetido. Esse desejo, obviamente, obedece às injunções do presente e às lutas envolvidas nos processos de enquadramento da memória. Por outro lado, constatei também a vontade de se livrar do passado, de deixar espaço aberto ao presente e ao futuro, de esquecer para ser mais livre, feliz e “moderno”. Dos papéis jogados pelas janelas uruguaias ao anseio da parisiense de “des-musealizar” Paris, há indícios de sensibilidades presentistas e modernistas nessas maneiras de lidar com o tempo. Enfim, minhas férias possibilitaram-me, em função da própria situação de estranhamento permitida pela condição de estrangeiro, concretizar intuições elaboradas a partir de leituras diversas e da minha própria prática profissional de historiador, e que dizem respeito à presença do passado, à forma como ele mobiliza ações e investimentos, ao seu peso nas vivências cotidianas, à sua representação ora como algo que se quer “preservar”, de preferência sem nada dele perder, ora como algo que se quer suprimir, à maneira do “Manifesto Futurista” de Marinetti, que em 1909 propunha tocar fogo nos museus, para a humanidade poder seguir em frente.

DE VOLTA AO BRASIL E À ANPUH

Mas é hora de voltar ao Brasil, à nossa Associação e ao tema que nos mobiliza neste Simpósio: “Conhecimento Histórico e Diálogo Social”. Se o escolhemos foi porque sentimos necessidade de repensar essa relação. Acredito que um caminho proveitoso para avançarmos em tal reflexão seja discutir o diálogo que estabelecemos (ou não) entre o conhecimento que produzimos na “instituição histórica”, para usar a expressão de Michel de Certeau, no nosso caso especialmente a Academia, esse lugar social que determina o que pode ou não ser dito, no qual “se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas

aos documentos” (Certeau, 1982, p.66), e as percepções de historicidade que vicejam em outros espaços como a escola, as instituições voltadas ao patrimônio e a sociedade mais ampla (e que procurei ilustrar a partir dos exemplos recolhidos nas “minhas férias”).

É importante esclarecer que essa preocupação não é peculiar ao Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, em outubro de 2011, Anthony Grafton, então presidente da Associação Americana de História, e Jim Grossman, diretor-executivo da entidade, escreveram o artigo “No more plan B” (“Não mais plano B”), reivindicando que as denominadas carreiras alternativas, ligadas ao ensino e à história pública, não deveriam ser mais a segunda opção dos recém-doutores na área de História, mas sim o seu caminho principal. E isto não apenas em razão da escassez de postos nas universidades, mas porque os historiadores precisariam rever a sua relação com a sociedade, deixando de encarar a si mesmos apenas como profissionais que pesquisam e ensinam no âmbito acadêmico. Nossa colega Keila Grimberg repercutiu essa discussão no Brasil, afirmando que estamos “no mesmo barco”, o que se expressaria, por exemplo, no escasso número de cursos de pós-graduação voltados à formação de profissionais para atuarem no ensino básico e nas instituições de patrimônio.¹ De minha parte, acredito que nosso barco seja um tanto diferente, embora concorde com várias das ponderações de Keila, já que vivemos, ao contrário dos Estados Unidos, em um período de expansão do ensino superior (ao menos por enquanto), o que obviamente implica um aumento significativo de vagas para professores universitários. Além disso, a Capes resolveu investir significativos recursos na constituição de mestrados profissionais, especialmente os voltados para a área de ensino, e com ênfase na formação continuada dos professores atuantes na educação básica, e a área de História, especificamente, tem procurado estimular cursos com esse perfil. Ainda não temos como saber quais serão os resultados dessas iniciativas, mas provavelmente elas impactarão o nosso ofício em uma conjuntura na qual, ao menos por hora, há certa possibilidade de escolha entre os “planos A e B”, que, esperamos, possa ao menos flexibilizar a nefasta hierarquia tradicionalmente estabelecida entre eles.

No caso do Brasil, o debate sobre o nosso ofício e seus diálogos sociais é ainda fomentado pela proximidade, assim espero, da aprovação do projeto de regulamentação do exercício da profissão de historiador. Nele, tanto a indicação das atribuições desses profissionais quanto a justificação da matéria seguem a mesma direção do panorama brevemente exposto até aqui. Em um de seus artigos, fica explicitado que: “As entidades que prestam serviços em História [tanto as de ensino como as de pesquisa, em sentido amplo] manterão,

em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, Historiadores legalmente habilitados”.

Enfim, iniciativas como as aqui citadas mostram que os historiadores acadêmicos estão (ou deveriam estar) preocupados com os diálogos sociais relacionados ao conhecimento por eles produzido, o que certamente justifica o tema de nosso evento.

Não obstante, tal diálogo não é de modo algum pacífico, seja porque a nossa maneira de produzir e transmitir conhecimento guarda especificidades dificilmente compatíveis com formas mais populares de pensar e narrar a História, seja porque, talvez, a sociedade mais ampla esteja pouco interessada em ouvir realmente o que temos a dizer como historiadores profissionais. A esse respeito, cabe citar o inquietante diagnóstico do historiador alemão Hans Ulrich Gumbrecht (2011, p.26):

Talvez possamos dizer que o interesse popular pelo passado tem alcançado certo apogeu, e, ao mesmo tempo, a legitimação da disciplina história, que passava por afirmar um ensinamento político, existencial e filosófico com a história, mais ou menos desapareceu.

Isso não tem acarretado nenhum problema para nosso interesse cotidiano pela história, mas cria um problema de legitimação para a historiografia. Vivemos numa situação ambivalente: um crescente fascínio pela história e pelo passado, de um lado, e um ceticismo enorme quanto à possibilidade de a história ou a historiografia ensinarem.

Talvez se pudesse traduzir essa ideia com a seguinte equação: sedução pela memória e desinteresse pela história enquanto conhecimento científico e disciplina escolar, embora muitas vezes esses termos – história e memória – apareçam (perigosamente a meu ver) confundidos.

Beatriz Sarlo (2007, p.12-15), ao escrever sobre a cultura da memória e a guinada subjetiva que, segundo ela, balizariam as interpretações sobre o passado recente argentino, indica algumas características do que chama de “história de grande circulação”. Essa, diz a autora, pressupõe sempre uma síntese com ambições totalizantes, na qual “um fechado círculo hermenêutico une a reconstituição dos fatos à interpretação de seus sentidos e garante visões globais...”. Além disso, tal forma de narrativa histórica mais popular escutaria “os sentidos comuns do presente”, atendendo “às crenças de seu público” e orientando-se “em função delas”. Continua Sarlo, “essa história de massas de impacto público recorre a uma mesma fórmula explicativa, a um princípio

teleológico que garante origem e casualidade, aplicável a todos os fragmentos do passado, independentemente da pertinência que demonstre com cada um deles em concreto”, impondo assim “unidade sobre as descontinuidades, oferecendo uma ‘linha do tempo’ consolidada em seus nós e desenlaces”, o que talvez explique, acrescento, a recorrência dessa representação do tempo, a linha, nos ambientes escolares e voltados ao patrimônio.

Tentando explicar o sucesso dessas formas massivas de relato histórico, a autora ressalta:

A força organizadora desses esquemas alimenta-se do “sentido comum” com o qual coincide ...

São versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação ... Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas.

Esses modos da história respondem à insegurança perturbadora causada pelo passado na ausência de um princípio explicativo forte e com capacidade inclusiva.

Ao final dessa parte de seu livro, Sarlo, mesmo evidenciando estar do lado da história acadêmica, por considerá-la mais capaz de apreender a complexidade e a diversidade do passado, não deixa de alfinetá-la:

a história acadêmica perde por motivos de método, mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até originar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade. (Sarlo, 2007, p.12-15)

Diante de uma divisão tão taxativa entre “história acadêmica” (sempre no singular no texto de Sarlo) e “histórias de grande circulação” (no plural), pode-se perguntar se há alguma possibilidade de efetivo diálogo entre elas. A autora, aliás, prefere falar em concorrência, na qual a modalidade acadêmica seria sempre a perdedora, em função tanto da complexidade de seu método, como de suas restrições formais e institucionais. Nessa linha cabe indagar se a história acadêmica que, por se pretender científica, tem como princípio o rompimento com o senso comum, pode de alguma maneira “ganhar” da “história de massas de impacto público”, a qual, conforme Sarlo, estrutura-se justamente

a partir de princípios advindos desse tipo cotidiano de conhecimento. Em uma vertente militante simplista (e autoritária), poder-se-ia dizer que cabe a nós, historiadores profissionais, iluminarmos o senso comum, garantindo a conscientização dos não historiadores e sua adesão a uma história complexa e rigorosa. Em sentido contrário, que chamo de populista, outros talvez argumentem que a história acadêmica deveria ser substituída pelas versões populares do passado, mais autênticas, emocionantes e mobilizadoras, como muito se disse nos primórdios da história oral.

Enfim, os caminhos para que o diálogo entre conhecimento histórico e sociedade, compreendida em sua diversidade e complexidade, se efetive mostram-se bastante tortuosos, mas é possível constatar que, cada vez mais, diversos colegas estão empenhados em trilhá-los das mais variadas maneiras: dedicando-se a pensar os encontros e desencontros entre história acadêmica e história ensinada, participando de equipes encarregadas de formular laudos relativos a comunidades quilombolas e terras indígenas, integrando ou assessorando diversas comissões da verdade pelo país, formulando narrativas históricas voltadas ao grande público na forma de exposições, rotas turísticas, vídeos, livros didáticos e paradidáticos, programas de rádios e *blogs*, entre outras variadas e criativas possibilidades. Não é à toa que o termo “história pública”, nascido nos anos 1970 nos países anglo-saxões, passou a integrar nosso vocabulário e a mobilizar nossa atenção. Expressão controversa (será que a História que fazíamos até então era “privada”?) e polissêmica, sua difusão é sintomática do desejo de pensar um conhecimento histórico que possa interpelar públicos diversos.

Não tenho, obviamente, nem condições nem tempo de examinar os diversos modos de historiar que põem em diálogo o conhecimento histórico acadêmico e a sociedade nos nossos dias. Como disse antes, esses são muitos e impõem desafios epistemológicos, metodológicos, políticos e éticos às nossas práticas profissionais costumeiras. Resolvi, então, tratar brevemente de três facetas desse diálogo, nos quais a Anpuh esteve bastante envolvida nos últimos anos: o ensino de História na educação básica, a relação dos historiadores com as comissões da verdade e a atuação desses profissionais em espaços voltados à preservação, organização e disponibilização ao público do patrimônio histórico.

No que se refere ao *ensino de História*, creio que temos caminhado no sentido de superar a visão que considera o pesquisador acadêmico (também ele, na maior parte das vezes, professor, não esqueçamos) como produtor de conhecimento histórico e o docente do ensino básico como divulgador,

adaptador, simplificador ou vulgarizador desse conhecimento. Nosso projeto de regulamentação profissional procurou avançar nessa direção ao considerar Historiador tanto o licenciado quanto o bacharel em História, e também os que cursaram mestrado e doutorado na área. O incentivo aos projetos de mestrado profissional apontado anteriormente tem grande potencial para estimular ainda mais o diálogo entre esses universos que, em geral, pouco se tocam e que, por isso, alimentam antipatias e preconceitos mútuos.

Talvez esse estranhamento esteja relacionado aos diferentes públicos com os quais a história acadêmica e a história ensinada no nível básico dialogam. A primeira é dirigida aos próprios historiadores, em sentido amplo. Quando produzimos conhecimento científico nessa área é aos nossos pares que ele se volta. Afinal, são eles que dominam as regras do *métier* e, portanto, têm mais condições de validar ou refutar os saberes elaborados conforme as determinações, permissões e interdições do nosso campo, do nosso “lugar” de produção. Não é à toa que a formação profissional passa pela socialização nessas regras. Aprendemos, ao longo da vida acadêmica, não só como se pesquisa e como se narra a História, mas também sobre o funcionamento do campo, seus rituais, seus mecanismos de inclusão e exclusão, sobre o que pode ou não ser dito e escrito.

Assim, não temos de nos envergonhar em dizer que produzimos um conhecimento acadêmico, e que nossos textos são acadêmicos, porque, ao menos na nossa sociedade, é na Academia que majoritariamente se produz ciência. Tenho certeza de que nossos colegas da Química e da Física, por exemplo, não se ofendem, nem têm dramas de consciência, se os seus artigos são taxados de acadêmicos ou científicos. Nossos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses serão lidos por poucos, e isso, a meu ver, não é um problema, nem deve causar sofrimento, pois o campo científico funciona assim: a ciência é, em certo sentido, para poucos.

Porém, no ensino básico, o conhecimento histórico volta-se a um grupo bem maior: todos aqueles (crianças, jovens e adultos) que frequentam a escola ao longo de algum tempo. Isso faz com que a história ensinada a esse público, embora guarde relações significativas com a história produzida na Academia, tenha outra natureza. Afinal, nesse âmbito, nosso objetivo não é formar “pequenos historiadores”, mas sim cidadãos que, esperamos, possam desenvolver uma leitura histórica do mundo, a qual envolve, por exemplo, a percepção da existência de múltiplas temporalidades; a compreensão da historicidade, do dinamismo e do caráter relacional das identidades; o entendimento de que o conhecimento histórico é construído a partir do presente com base na análise

de vestígios do passado, o que implica a possibilidade de se formular diversas interpretações sobre eventos e processos pretéritos (o que não significa dizer que qualquer interpretação seja válida); a capacidade de formular relações, de estabelecer comparações e de elaborar narrativas coerentes sobre os temas estudados; o desenvolvimento de valores e princípios como o respeito à diversidade e a defesa da democracia; entre outras capacidades. Portanto, mais do que adaptar a “matéria” (entendida aqui como o conhecimento histórico científico) à faixa etária dos alunos, ou “tornar mais acessível” o “conteúdo” (como se esse existisse de maneira natural e não fosse resultado de escolhas), cabe à história ensinada permitir aos estudantes do nível básico desenvolver habilidades que lhes possibilitem a construção de um olhar mais sofisticado e crítico a respeito da realidade existente.

Portanto, a história acadêmica não se transforma em história ensinada por um passe de mágica, nem em função da boa vontade ou do talento nossos ou de nossos alunos. Aliás, nem é desejável que se busque essa transformação, pois se trata de histórias diferentes que se voltam a públicos diferentes, com objetivos diferentes e sujeitas a controles e influências diferentes. Para retomarmos o termo que nos move neste Simpósio, o que se deveria procurar é o diálogo entre tais formas de representar e transmitir o passado, a fim de que a história ensinada possa se beneficiar da complexidade analítica da história acadêmica e de que esta última possa se enriquecer com as questões sugeridas por uma consciência histórica mais larga e difusa. Diálogo complicado, sem dúvida, sujeito a mal-entendidos e tensões, mas fundamental para que possamos, por um lado, ter uma ciência histórica menos ensimesmada, e, por outro lado, uma história escolar mais capaz de enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Temos de reconhecer que a Anpuh nem sempre favoreceu esse diálogo. Quando foi criada, em 1961, tratava-se de uma associação de professores universitários de história, marca de origem que permanece gravada no “U” da nossa sigla apesar das alterações no nome da entidade.

No primeiro número da *Revista Brasileira de História*, publicado em 1981, a então presidente da Associação, professora Alice Canabrava, ao evocar a criação da entidade, indicou quais eram os objetivos previstos em seus estatutos: “o aperfeiçoamento do ensino de História em nível superior, a pesquisa e a divulgação dos assuntos com respeito à História e a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse para esses estudos”. Mais adiante, ao comentar a luta que então se travava contra os Estudos Sociais, a historiadora ressaltou: “A campanha desenvolvida pela Associação em âmbito nacional está em processo e veio reafirmar de público, mais uma vez, a exclusiva

competência da comunidade universitária para decidir sobre a natureza de sua produção científica e o conteúdo da formação dos profissionais de Geografia e História” (Canabrava, 1981). Portanto, nessa fase inicial da Associação, o debate se dava entre professores universitários, que advogavam inclusive o direito de determinar como deveria ser o ensino de História.

A professora Déa Fenelon, que foi presidente da Anpuh entre 1983 e 1985, em entrevista concedida no ano de 2005, comentou sobre as reações negativas que muitos membros da Associação tiveram à proposta, formulada desde os finais da década de 1970, de incorporar ao quadro de associados da entidade os professores do Ensino Básico:

Era muito pelo lado de que a Associação era uma associação científica, de conhecimentos, de produção e apresentação de trabalhos e era uma coisa dos historiadores. Fazia-se muito essa diferença. E o professor ainda estava numa fase que não produzia, que não era um pesquisador e etc. E, por outro lado, havia uma reação também grande... ... [Uma professora que havia sido presidente da Associação] rasgou o estatuto e falou que a gente ia destruir a Anpuh ... E custou até a saída de algumas pessoas da Associação para ir para a SBPH. Muito nesta base da reação de que não ia mais ser um espaço científico, de apresentação de trabalho, de conhecimento, porque vinha essa turma de professores... A incorporação dos professores de 1º e 2º grau é um traço, é um momento de divisão da vida da Anpuh porque forçou, não tenho dúvida, uma discussão sobre o que era a Associação, o que é que a gente queria, porque os professores podiam vir assistir e não podiam apresentar trabalho, não podiam discutir os seus problemas. (Miglio, 2008, p.285)

As memórias de Déa ganham concretude no espaço dedicado ao tema ensino de História em nossa *Revista Brasileira de História* (RBH). Nos primeiros números, na seção “Noticiário”, aparecem referências a muitos cursos fornecidos *pelos* professores universitários *para* os docentes do ensino básico. Os primeiros artigos específicos sobre o assunto, um deles escrito por uma professora estadual paulista, só apareceram depois desse “momento de divisão da Anpuh”, referido por Fenelon, mais precisamente em 1985. Um dossiê especial voltado à temática, intitulado “História em Quadro-Negro: Escola, Ensino, Aprendizagem”, veio à luz no número correspondente ao período de setembro de 1989 a fevereiro de 1990. A partir daí, artigos relativos ao ensino continuaram a ser publicados esporadicamente e novos dossiês temáticos foram lançados em 1992/93, 1998 e 2004.

Tivemos avanços, portanto. Mas ainda é possível indagar se a situação de os professores poderem vir assistir ao nosso Simpósio mas sem apresentar trabalhos se modificou substancialmente. É plausível para nós pensar em um professor do Ensino Básico presidente da Anpuh, ou a ele sempre caberá, se tanto, cargos específicos relacionados justamente ao ensino de História? Mas, afinal, ele/ela não é um/a historiador/a de pleno direito?

Talvez devido a essa situação, alguns associados (embora, em geral, também professores universitários) deixaram de perceber a Anpuh como um fórum para a discussão do ensino de História, preferindo investir em outros espaços associativos. Porém, tenho convicção de que, nos últimos anos, a Associação voltou a assumir esse papel. Marco importante nessa caminhada foi a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Educação, no encontro de Belo Horizonte, em 1997. Também a designação de um membro específico da Diretoria para tratar do ensino e das políticas públicas a ele associadas, no caso o 2º secretário, foi significativa.

Na nossa gestão, mas dando continuidade a esforços anteriores, a *Revista História Hoje*, espaço privilegiado para a discussão e reflexão sobre o ensino de História, ganhou fôlego renovado. Além disso, procuramos, sempre em conjunto com o GT de Ensino, intervir em questões como o ensino a distância, a supressão das aulas de história nos primeiros anos no ensino básico em São Paulo, os mestrados profissionais, os concursos para docentes de Ensino de História, os livros didáticos utilizados nas escolas militares e as reformulações do ensino médio, inclusive indo a Brasília para discutir com os responsáveis por tais políticas. Dessas ações, creio que o maior ganho foi posicionar a Anpuh como interlocutora privilegiada junto às autoridades governamentais dos mais diversos níveis para discutir a história ensinada.

Tais avanços não significam, é claro, que os problemas e preconceitos foram superados, inclusive no seio da nossa comunidade profissional. É preciso que o ensino deixe de se configurar como um gueto atinente apenas a um cargo da diretoria, a uma revista e a um GT específicos, e possa contaminar o conjunto da área, desestabilizando hierarquias nefastas como a que posiciona esse tema como inferior em relação aos assuntos “propriamente acadêmicos”. Não podemos esquecer que também na Academia, como disse antes, somos prioritariamente professores e, acredito, temos de pensar que essa posição de sujeito não é natural, espontânea e muito menos secundária. Se nos virmos efetivamente como professores, que lidamos com problemas semelhantes aos dos colegas da Educação Básica (currículo, avaliação, planos de ensino,

estratégias didáticas, questões pedagógicas etc.), talvez nosso diálogo possa ser bem mais profícuo e amistoso.

A segunda faceta desta problemática ampla referente aos diálogos sociais do conhecimento histórico que quero abordar em linhas muito gerais, e que também se relaciona com a atuação da Anpuh nos últimos anos, diz respeito à *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), criada em 2011 e instituída no ano seguinte, a qual tem por finalidade apurar as graves violações aos direitos humanos ocorridas em nosso país entre 1946 e 1988. A ela não cabe punir ou julgar culpados, mas lançar luz sobre uma série de crimes perpetrados por agentes governamentais, em especial no período da ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964, esclarecendo suas circunstâncias, motivações e agentes, entre outros aspectos. Alguns, sobretudo aqueles setores identificados direta ou indiretamente com os governos autoritários, a acusam de “revanchista”, por querer reacender conflitos que deveriam, em sua visão, ter sido esquecidos com a Lei da Anistia de 1979 (nesse caso a associação entre anistia e amnésia é flagrante). Outros, em especial os militantes de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, denunciam seu caráter limitado e seus precários recursos (incluindo um número reduzido de membros e um tempo curto para as investigações). De qualquer forma, trata-se de uma iniciativa fundamental para que se possa encarar de frente uma série de situações traumáticas próprias desse passado recente que insiste em não passar, e que macula até hoje a nossa democracia. Além disso, a instalação da Comissão Nacional motivou a criação de fóruns congêneres em diversos estados e instituições, como universidades e órgãos governamentais.

A Comissão da Verdade assemelha-se a outras iniciativas ocorridas em países que passaram por traumas coletivos, em geral provocados por governos ditatoriais e autoritários, os quais pareciam impedir-lhes de seguir em frente com seus projetos de organização democrática. Isso aconteceu, sob modalidades e com resultados variados, na Alemanha após o nazismo, nos países do Leste europeu na sequência da *débâcle* do bloco comunista, na África do Sul depois do *apartheid* e em países do Cone Sul com o fim das ditaduras de Segurança Nacional. Em todos esses casos, muito se falou do dever de memória, ou seja, na chave do regime de historicidade da *historia magistra vitae*, do dever de lembrar o horror para não repeti-lo (como na frase de Primo Levi citada anteriormente), o que, em alguns casos, implicou também reparações materiais e simbólicas às vítimas, aos seus familiares ou mesmo a grupos sociais inteiros (como judeus e negros) que haviam sido submetidos a terríveis violências por parte do aparato estatal.

Ciente da importância dessa Comissão para a sociedade brasileira e de suas imbricações com o ofício do historiador, a Anpuh-Brasil realizou gestões para indicar um historiador profissional para dela participar. Essa decisão ancorou-se no nosso reconhecimento de que as reivindicações de cunho memorial são justificadas e importantes, porém insuficientes. Afinal, como sabemos, a memória é sempre ligada aos afetos, a identidades específicas, a sentimentos muitas vezes autocentrados do tipo: “você não passou por isso, então não pode entender e julgar o que ocorreu”. Por isso, pareceu-nos importante que as lembranças ligadas ao passado ditatorial fossem também compreendidas à luz da História, forma de conhecimento que, embora evidentemente não dissociada da subjetividade e das emoções, procura se ancorar na razão, no intelecto, no distanciamento metodológico, no reconhecimento dos limites da representação do passado, na tentativa de pensar o que ocorreu de maneira articulada com fenômenos sociais mais amplos. Sabemos que o historiador nunca é neutro e imparcial, ele também é sujeito de seu tempo. Porém acreditamos que, ao longo de sua formação, esse profissional desenvolve habilidades como a pesquisa em arquivos, a crítica documental, a interpretação de testemunhos e a coleta e análise de fontes orais que lhe permitem formular questões menos emocionais e mais balizadas por referências conceituais e metodológicas próprias de um conhecimento científico que tem por objetivo compreender, a partir da análise de vestígios do passado (ainda que recente), as tramas que o compuseram.

Essa posição não é unânime em nossa comunidade profissional. Colegas de reconhecida importância e competência no campo dos estudos sobre a ditadura manifestaram-se contra a presença de historiadores na referida Comissão, por temerem, entre outras coisas, a cristalização como verdade histórica de uma determinada versão oficial do passado, o que poria em xeque a possibilidade necessária ao nosso ofício de permanente revisão das interpretações históricas, e a confusão das posições de historiador e de juiz, tão debatida por autores como Pierre Vidal-Naquet, Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur. Reconhecemos esses riscos, mas avaliamos que, mesmo assim, seria importante, em função dos argumentos antes elencados, contar com um historiador no âmbito da Comissão.

Nossa demanda, porém, não foi atendida: não há nenhum historiador entre os membros da Comissão, embora vários componham a sua assessoria. Além disso, muitas comissões estaduais e ligadas a instituições específicas espalhadas pelo país contam com historiadores em suas formações, cuja atuação tem feito muita diferença, sobretudo no sentido de, como indiquei acima, estabelecer algum distanciamento entre as memórias que afloram nesses espaços,

compreensivelmente marcadas pela dor e pelo desejo de identificação e reconhecimento, e as interpretações históricas sobre tal passado que podem ser elaboradas a partir delas e de outros suportes como os documentos de arquivo.

Ainda levando em conta a importância da Comissão e a contribuição que os historiadores podem dar ao seu funcionamento, a Anpuh, representada por seu secretário-geral, estabeleceu, em 6 de março de 2013, com vigência até 15 de maio de 2014, um acordo de cooperação técnica com a CNV. O objetivo é, especialmente, colocar à disposição da Comissão uma rede de contatos com historiadores atuantes em todos os estados e dedicados à pesquisa das temáticas vinculadas às linhas de trabalho por ela estabelecidas, visando disponibilizar à investigação estudos, fontes e contatos com testemunhas, entre outros recursos. Esperamos também contribuir para o relatório final, indicando, por exemplo, para o item “Recomendações”, a necessidade de investimento nos arquivos e de atenção ao tema da ditadura no âmbito do ensino de História.

Para retomarmos, mais uma vez, a palavra-chave de nosso evento, espero que nesse diálogo entre historiadores e CNV possamos encontrar pontos de contato entre a verdade que conduz à Justiça, ao efetivo trabalho de luto e ao estabelecimento de uma sociedade mais democrática, e a verdade dos historiadores, sempre contextualizada, relativa e conhecedora de seus limites. Talvez dessa conversa resulte um relatório que não busque fixar uma versão oficial do nosso passado recente, mesmo que ela pareça simpática aos ideais políticos que defendemos, e, de nossa parte, uma maior consciência das implicações sociais das pesquisas que realizamos.

Finalmente, vou tratar do diálogo que o conhecimento histórico vem estabelecendo com diversos setores sociais tendo como espaço privilegiado os inúmeros espaços dedicados à preservação e exibição do *patrimônio histórico-cultural*, tema que também tem preocupado a Anpuh-Brasil.

Por um lado, como apontam diversos autores, vivemos em uma época “seduzida pela memória” (Huysen, 2000), marcada por uma intensa e ansiosa busca de raízes e identidades. De certa forma, em uma encarnação coletiva do já citado personagem borgiano Funes, verifica-se um crescente desejo de tudo guardar, de conservar todas as fotos e documentos, de entrevistar todos os velhinhos antes que eles morram, de nada esquecer (embora haja movimentos no sentido oposto, como no caso da “neve de papel” uruguaia). Em nossas sociedades, a ampliação até há pouco tempo inimaginável da capacidade de armazenar informações, propiciada pelas novas tecnologias, convive paradoxalmente com um enorme temor da amnésia.

Um sintoma dessa situação é a constituição de inúmeros espaços institucionais voltados à preservação e celebração dos vestígios do passado, transformados em patrimônio por diversos agentes: museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, memoriais, rotas turísticas nostálgicas etc. Um número significativo de órgãos públicos e de instituições privadas, como hospitais, clubes de futebol, empresas e sindicatos, passou a investir na constituição de espaços de representação do passado, de elaboração e exibição de certas narrativas a respeito “do que fomos”, visando solidificar uma determinada imagem “do que somos”.

Se quando de sua constituição no século XIX, e por muitos anos, museus e arquivos tinham a função precípua de contribuir para a conformação de uma “retórica da nacionalidade” (Cezar, 2002), hoje tais espaços são reivindicados por grupos sociais diversos que também querem ver sua imagem de si projetada ao passado, de forma a garantir a solidez e a estabilidade das identidades por eles reivindicadas. Enfim, a espetacularização do passado se tornou uma excelente estratégia de *marketing*, uma forma eficaz de vender imagens, produtos e serviços, de angariar recursos simbólicos e materiais.

Por outro lado, verifica-se a presença cada vez mais ativa dos historiadores profissionais no âmbito do patrimônio, embora ainda não haja um reconhecimento da profissão (esperamos que por pouco tempo). Historiadores os quais, ao longo de sua formação, desenvolvem um olhar que, seguidamente, vai de encontro às demandas memoriais pressupostas nestes espaços, pois atento ao caráter histórico, ou seja, contextual, relacional, transitório, construído, inventado, das memórias e identidades. Historiadores que terão de trabalhar em diálogo, e por vezes em conflito, com outros profissionais que também atuam no campo do patrimônio e no mercado da memória, muitos com profissões reconhecidas legalmente, como arquivistas, museólogos, arquitetos, jornalistas e turismólogos. Estamos preparados para tal diálogo multidisciplinar? A nossa formação possibilita uma atuação qualificada no campo do patrimônio? Quais as implicações políticas e éticas de nosso trabalho em tais espaços? Como podemos estabelecer um diálogo entre a nossa perspectiva profissional e as demandas de nossos “clientes”?

Quando tratamos do papel da Anpuh nesse universo em expansão que se abre aos licenciados, bacharéis e pós-graduados em História, normalmente nos limitamos à discussão da tão esperada (e tão adiada) regulamentação da profissão de historiador, que acredito, não obstante as opiniões contrárias de vários colegas, fundamental em um mercado de trabalho cada vez mais regulamentado. Sem o reconhecimento legal de nossa profissão, como podemos, por

exemplo, assegurar a presença dos historiadores nessas instituições? E como podemos garantir a realização de concursos específicos? Parece que não há dúvidas, por exemplo, sobre a necessidade de haver arquivistas em arquivos, museólogos em museus e arquitetos em órgãos como o Iphan (até porque suas ausências seriam denunciadas por seus respectivos órgãos de representação profissional), mas seguidamente a presença de historiadores em tais instituições é vista apenas como a “cereja do bolo”, desejável, mas não necessária. No âmbito do patrimônio, é nesse sentido que a regulamentação se torna importante, diria mesmo fundamental.

Porém, não considero a regulamentação suficiente para legitimar a nossa atuação profissional nesse âmbito. Há inúmeros desafios (epistemológicos, metodológicos, práticos, éticos e trabalhistas) que não podem ser “varridos para debaixo do tapete” e que não serão resolvidos por meio de um ato legal. O principal deles, parece-me, diz respeito à resposta a uma questão básica: qual a especificidade da atuação do profissional em História no campo do patrimônio, ou seja, qual a sua colaboração específica para o bom funcionamento de instituições como arquivos, museus e memoriais?

Buscando avançar nessa discussão, a Anpuh-Brasil promoveu um evento realizado no Arquivo Público de São Paulo nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012, reunindo aproximadamente duzentas pessoas, onde se debateu o perfil profissional dos historiadores que atuam em arquivos e instituições congêneres, não como usuários mas como profissionais vinculados a entidades custodiadoras de acervos. O evento organizou-se em cinco grupos de trabalho: “Formação do historiador para atuar em arquivos”, “Os historiadores e a difusão cultural em arquivos”, “Os historiadores e a gestão documental”, “A pesquisa feita por historiadores que trabalham em arquivos” e “Os historiadores e o atendimento aos usuários”. Nos debates realizados procurou-se levar em conta as seguintes circunstâncias: aquelas atividades que devem contar com a presença de historiadores profissionais, aquelas nas quais a participação de historiadores é fortemente recomendável, e aquelas nas quais a atuação desses profissionais agrega significativo valor. Desse evento resultou um documento, construído coletivamente em plenária final e amplamente divulgado junto aos sócios da Anpuh, às instituições custodiadoras de acervos documentais e aos cursos de graduação e pós-graduação em História, no qual se afirma:

A conclusão final é que a presença de historiadores é imprescindível ao bom funcionamento dessas entidades custodiadoras, devendo esses profissionais atuarem nas diversas áreas e processos executados por essas instituições, compondo as

equipes multidisciplinares responsáveis pelo seu funcionamento, em *colaboração com profissionais de outras áreas*, especialmente com os arquivistas. Também foi destacada a importância da inclusão de disciplinas e atividades voltadas ao tema nos currículos dos cursos de História a fim de que esses possam qualificar e aprofundar a formação de profissionais capazes de atuar em arquivos e entidades congêneres.²

Esse foi um passo importante para a formulação de uma agenda de discussões que deve, acredito, envolver eventos semelhantes voltados aos profissionais de História que atuam, por exemplo, em museus, instituições ligadas à salvaguarda do patrimônio histórico como Iphan e Iphaes, e turismo. Dessa forma, esperamos que a nossa Associação possa contribuir para a efetiva profissionalização dos historiadores e também para um diálogo mais qualificado entre esses e os demais agentes do campo do patrimônio, tanto os profissionais que há muito atuam nesses espaços quanto os diversos grupos sociais que, na contemporaneidade, reivindicam direitos e deveres de memória. Espero, ainda, que tal diálogo, o qual certamente não exclui conflitos e tensões, possa contribuir para que possamos difundir perspectivas menos essencialistas a respeito do patrimônio e, ao mesmo tempo, configurar um conhecimento histórico mais aberto às demandas sociais.

Para encerrar, e talvez com certo atraso, quero explicitar melhor o que estou entendendo por “diálogo”; para tanto, parto de definições bem simples, tiradas do “Dicionário Aurélio”, mas que me parecem operacionais aos meus propósitos. Segundo essa obra de referência, diálogo é a “fala entre duas ou mais pessoas; conversação, colóquio”. Por contraste, resolvi verificar também o significado do termo “monólogo” e constarei que, no sentido teatral, trata-se de uma “cena em que só um ator representa, interpretando um personagem que fala ao público ou consigo mesmo”. Desde já fica claro que ambas as formas de expressão pressupõem um público, só que, no primeiro caso, a fala parte de mais de um indivíduo e no monólogo há apenas um enunciador, embora ele também tenha uma audiência. Fica a grande dúvida, a qual espero que mobilize os participantes de nosso Simpósio: se estamos realmente dispostos a estabelecer uma conversação, um colóquio com outras formas de mobilização e representação do passado, ou se estamos fadados a, em virtude do nosso próprio lugar social de produção e enunciação, limitarmos-nos ao monólogo, no máximo ao diálogo entre pares (ou a uma conversa conosco mesmos), na esperança de “fazermos a cabeça” de uma audiência que corre o risco de se tornar cada vez mais exígua.

REFERÊNCIAS

- CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, 1981.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: Essai sur une rhétorique de la nationalité: Le cas Varnhagen*. Tese (Doutorado em História) – EHESS. Paris, 2002.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (Org.) *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1996.
- MIGLIO, Ilka. Entrevista com a Doutora Déa Ribeiro Felelon. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC): Unochapecó, ano 22, n.29, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

NOTAS

¹ Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-para-que/>; Acesso em: 18 jul. 2012.

² Disponível em: www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=3884; Acesso em: 3 jan. 2014. Grifos no original.